Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 367 - 385, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.12461

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM CAMPINAS-SP: O paradoxo entre a lógica espacial masculina e a experiência feminina

VIOLENCE AGAINST WOMEN AND PUBLIC INSTITUTIONS IN CAMPINAS-SP: The paradox between male space logic and female experience

LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS INSTITUCIONES PÚBLICAS EN CAMPINAS-SP: La paradoja entre la lógica del espacio masculino y la experiencia femenina

Maria Júlia Buck Rossetto

RESUMO

A violência é historicamente construída e estruturalmente mantida na sociedade. No que tange ao gênero, a violência se reafirma através de relações de poder patriarcais, constantemente presentes nas vivências cotidianas: às mulheres estão expostas às vulnerabilidades decorrentes de dinâmicas que hierarquizam os papéis entre masculino e feminino. Apesar de crescentes iniciativas, a espacialidade continuamente auxilia na manutenção das relações violentas de poder pautadas, entre outros pilares, na construção social do gênero.

Campinas, município do estado de São Paulo, evidencia a dominação de poder masculina no desenvolvimento do tecido urbano, inclusive no que diz respeito aos locais de atendimento às mulheres vítimas de violência, salientando a desigualdade espacialmente intrínseca às relações sociais. Partindo desta realidade, o presente artigo propõe um debate inicial acerca das dimensões escalares que compõem a multiplicidade de relações espaciais que fomentam a lógica das redes materiais e imateriais constituidoras de vulnerabilidades às mulheres campineiras.

Palavras Chave: mulheres, violência, Campinas.

ABSTRACT

Violence is historically constructed and structurally maintained in society. Regarding gender, violence is reaffirmed through patriarchal power relationships, frequently denounced in daily experiences: women are associated with exposure to the vulnerabilities resulting from the dynamics that prioritize roles between men and women. Despite growing initiatives, spatiality continuously helps to maintain the violent power relations based, among other pillars, on the social construction of the gender.

The city of Campinas, in the state of São Paulo, highlights the domination of male power in the development of the urban areas including concerning the places of care for women who are victims of violence, emphasizing the inequality that is spatially intrinsic to social relations. Based on this reality, this article proposes an initial debate about the scalar dimensions that make up the multiplicity of spatial relationship that foster the logic of material and immaterial networks that constitute vulnerabilities to rural women.

Keywords: women, violence, Campinas.

RESUMEN

La violencia se construye históricamente y se mantiene estructuralmente en la sociedad. En cuanto al género, la violencia se reafirma a través de las relaciones de poder patriarcales, constantemente presentes en las experiencias diarias: las mujeres están expuestas a las vulnerabilidades consiguientes de las dinámicas que jerarquizan los roles entre lo masculino y lo femenino. sigue asistiendo al mantenimiento de relaciones de poder violentas basadas, entre otros pilares, en la construcción social del género.

Campinas, ciudad del estado de São Paulo, muestra el dominio del poder masculino en el desarrollo del tejido urbano, incluso en lo que respecta a los lugares de atención a las mujeres víctimas de la violencia, poniendo de manifiesto la desigualdad espacial intrínseca a las relaciones sociales. Basado en esta realidad, el artículo propone un primer debate acerca de las dimensiones escalares que conforman la multiplicidad de relaciones espaciales que alimentan la lógica de las redes materiales e inmateriales que constituyen vulnerabilidades a las mujeres de Campinas.

Palabras clave: mujeres, violencia, Campinas.

Introdução

Em uma trajetória geográfica por inúmeras vezes baseada em um pragmatismo na análise espacial, é de extrema relevância firmar as bases de um olhar múltiplo sobre os discursos espaciais. Encarar o espaço enquanto vivo, dinâmico, multidimensional, aberto e em constante produção é um pré-requisito para que a história também seja aberta (Massey, 2008), assim como as possibilidades políticas atreladas às relações sociais. Assume-se o compromisso de um espaço político, não neutro e muito menos objetivo, fechado e estático. Não somente político em sua totalidade, mas também diverso em suas configurações, com relação à interseccionalidade dos sujeitos que o compõem.

Neste sentido, o espaço político possui características de trajetórias múltiplas que intensificam o caráter capitalista, patriarcal, eurocêntrico e heteronormativo dos elementos espaciais. Com isso, as trajetórias são marcadas por elementos como gênero, raça e classe que podem ser encarados como marcas sociais dos sujeitos que colocam seus corpos em intensa negociação, permitindo a construção de identidades espaciais, afirmando que

> O espaço não possui uma única configuração, tendo em vista como Massey (2008), o espaço é relacional e nesse sentido o espaço irá se compor a partir de relações que se estabelecem entre pessoas "hierarquizadas". Neste sentido, o espaço é esfera da multiplicidade relacional, permitindo a construção de identidades a partir das quais ocorrem as interligações entre as identidades dos sujeitos. Neste conjunto múltiplo, as relações são capazes de colocar alguns indivíduos em situações de vulnerabilidade em relação a outros (Campos de, 2014: 10).

As nuances de poder pautadas na construção de relações atreladas à consolidação dos interesses capitalistas e patriarcais, instituem e mantêm o padrão de gênero, através da força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas entre os corpos. A organização do espaço funciona como elemento das relações de gênero, estas que são mantidas através de uma construção de definição social "binária", atrelada à estruturação capitalista que define a opressão, subordinação e exploração dos corpos (a razão, masculina e que explora, e a natureza, feminina, que é subordinada às ações racionais). Conforme afirma Massey (1995), os dualismos profundamente interiorizados estruturam a identidade pessoal e a vida cotidiana, e esse feito tem consequências para a vida de outras pessoas, porque estrutura, por sua vez, a prática das relações e das dinâmicas sociais, e extrai a codificação do feminino e do masculino nos 'cimentos filosóficos' mais profundos da sociedade ocidental. (Mcdowell,1999) - o que faz com que Massey (1984) e também Silva (2009), apontem para uma a organização do espaço compreendida como sexista e que funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero.

Através de uma economia capitalista com acumulação baseada na exploração e subalternação de gênero, o planejamento urbano também se constitui como ferramenta de auxílio da produção capitalista do espaço, materializando simbolismos urbanos que atuam na manutenção da desigualdade de gênero. Retomando o pensamento de Corrêa (2003), eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. Ao adotar a perspectiva simbólica trazida por Corrêa (2003), é possível dialogar com o gênero na medida em que o espaço possui como característica o simbolismo e, assim, pode-se argumentar que a paisagem da cidade é fortemente masculina. (Campos de, 2014).

Dessa forma, sendo real em seu simbolismo, a cidade também é manutenção da multidimensionalidade das relações, traçando distintas trajetórias. Em diferentes escalas, as relações são constantemente mantidas e transformadas a partir da perspectiva política de produção social do espaço. As estruturas de dominação racial, sexual e de classe afetam a cidade, que não é neutra, e, portanto, exprime relações sociais e reproduz, espacialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos (Calió, 1991: 96).

Em Campinas, município do interior de São Paulo, as iniciativas voltadas à pautas interseccionais são fragmentadas e deficitárias. As ações do Estado obedecem à uma hie-

rarquização de poder, em que o controle das intervenções também constitui o controle dos corpos no espaço urbano. É evidente, portanto, que o Estado capitalista se recusa a assegurar parte das tarefas cotidianas que são sociais e não exclusivamente femininas. Impõe a divisão dos "sexos" camuflada pela separação dos papéis "naturais" dos gêneros (binários), e na moral dita "universal", penalizando diretamente o cotidiano das mulheres. E quanto mais os equipamentos sociais coletivos são insuficientes em sua precariedade, maior a complexidade da administração das relações em que os sujeitos estão inseridos, fazendo com que a hierarquização destas relações fique cada vez mais evidentes.

Estas dimensões nos conflitos de trajetórias no espaço urbano acabam por se manter (e serem constituídas intimamente) pela violência destas relações de poder. Podemos considerar que a violência também possui a sua geograficidade, não podendo ser encarada como um fato homogêneo, fixo e estático. É necessário compreender sua multiplicidade e ressaltar que neste sentido, a cidade pode ser considerada como lócus da manutenção das relações violentas. A partir desta perspectiva, a violência assume papel protagonista nas relações estabelecidas na reprodução das desigualdades de gênero e na permanência sexista da divisão espacial e social entre os corpos. Por essa razão,

> A violência doméstica é tão estrutural quanto a de classe e a interétnica. Ou seja, a sociedade não é dividida em fatias. Ao contrário, é uma totalidade orgânica. Por conseguinte, não cabe classificar a chamada violência urbana de estrutural e a violência doméstica de intersubjetiva, interpessoal. A estruturação da sociedade realiza-se a partir, simultaneamente, dos três eixos mencionados: gênero, etnia, classe. (Safioti, s/d).

Merece destaque o fato da violência familiar não ser a expressão unilateral do temperamento violento de uma pessoa, mas ser produzida conjuntamente – embora não igualmente – por vários indivíduos na convivência da família. Não há objetos, apenas sujeitos (Safioti, s/d). De maneira geral, a violência contra a mulher em suas diversas formas pode ser considerada como todo ato de violência por razão de gênero, capaz de gerar danos físicos, sexuais, psicológicos e sofrimento, incluído, neste contexto, ameaça de tais atos, coerção, privações arbitrárias de liberdade, que venham a ocorrer em instância da vida pública ou privada. (Audi et al, 2009: 588). Segundo Araújo (2008), desde 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já reconhece a violência contra a mulher como um problema de saúde pública.

No município campineiro, dados do último boletim Sisnov (Sistema de notificação de violência de Campinas, que faz notificações de maneira compulsória, através de atendimentos realizados pela rede pública - principalmente nos setores da saúde e assistência social- do município), registrou um aumento de quase 200% nas notificações de violência contra a mulher, sendo a violência física a maior porcentagem das ocorrências, representando aproximadamente 70% das notificações. Campinas registrou em 2019 uma média de 6000 inquéritos referentes à violência contra a mulher, sendo que a maior parte dos registros se relaciona à ocorrência de violência no ambiente doméstico. Paradoxalmente, em uma sociedade estruturada através da exploração baseada no gênero, as mulheres são condicionadas à reprodução do trabalho não pago no ambiente doméstico. A casa, neste sentido, é generificada no que diz respeito às redes relacionais estabelecidas no ambiente privado. Contudo, mesmo sendo o local de permanência e vivência feminina, uma vez que no espaço público da cidade elas são constantemente violentadas e excluídas, o ambiente doméstico é o potencial reprodutor de episódios de violência contra a mulher.

As notificações de ocorrência de episódios violentos possuem respaldo dos equipamentos públicos da "Rede da Mulher", constituída com o propósito de fornecer atendimento, acompanhamento e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Contudo, a possível eficácia destes instrumentos públicos esbarra na lógica do planejamento urbano dualista e sexista de Campinas, que ignora a vivência feminina e o estabelecimento de redes de relações entre mulheres, bem como auxilia na divisão dual entre o espaço da produção/ reprodução, do público/ privado, ampliando os abismos da desigualdade e da vulnera-

bilidade às quais as mulheres vivenciam no cotidiano da cidade. Segundo Calió (1991: 53), apesar de um urbano supostamente "assexuado", a cidade segrega as mulheres, o seu simbólico é masculino. O patriarcado domina e estabelece hierarquias, fazendo com que homens e mulheres não vivam a cidade da mesma maneira. Dessa forma,

> O Estado se recusa a assegurar parte das tarefas cotidianas que são sociais e não femininas. Impõe a divisão dos 'sexos', camuflada pela separação dos papéis com base no 'natural' e na moral dita 'universal', penalizando o cotidiano das mulheres. E quanto mais os equipamentos sociais coletivos são deficientes, mais difícil fica administrar a vida familiar. Além do que, as mulheres estão afastadas tanto da concepção quanto da produção de grande parte deles. O que, aliás, contradiz a afirmação habitual de que "isso é do domínio das mulheres". Domínio do consumo, mas não da concepção e da produção. (Calió, 1991: 106).

Em tempos de desmontes de políticas públicas, especialmente no que diz respeito às mulheres, é extremamente necessário construir uma análise, com base na complexidade das condições objetiva e subjetiva, com elementos que impactam a disputa ideológica, as narrativas e a institucionalização do poder dos discursos dominantes, trata-se de um exercício fundamental para entender e atuar no contemporâneo. (Franco, 2017, pp. 90-91). Debruçar-se sobre as questões referentes à vivência feminina no município de Campinas traz à tona o debate referente aos usos, percepções, circulações e manutenção de um espaço múltiplo e aberto, mantido continuamente através das relações de poder estabelecidas entre a identidade dos corpos no espaço da cidade. Reafirmando o posicionamento de Calió (1991: 146),

> Incorporar a noção de gênero na Geografia não é meramente adicionar outra dimensão, mas construir instrumentais que impulsionem críticas e novas direções. O que criticamos é o discurso científico da Geografia onde o geral e o masculino se confundem. As teorias sócio espaciais quando não consideram o gênero, sua gênese e natureza social, não levam em conta a opressão sexual e permanecem na ideologia sexista. As omissões são reveladoras.

Com base nas discussões apresentadas, no decorrer deste artigo serão abordadas questões relativas à espacialidade dos equipamentos de atendimento à mulher vítima de violência em Campinas - SP, assim como o debate referente aos episódios de violência. Para tanto, a narrativa será pautada em referenciais bibliográficos que auxiliem na relação de gênero construída espacialmente, além das produções cartográficas e no compilado de dados de plataformas oficiais. Ressalta-se que por este artigo ser um produto de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, não se propõe através de sua publicação quaisquer conclusões definitivas sobre o trabalho.

Espaço e Gênero: construção histórica e social

Segundo McDowell (1999), tanto o corpo como a conduta sexual são construções sociais e, portanto, suscetíveis de variação, baseadas em determinadas ideias (que também mudam) sobre o que é "natural" e "normal". Em outras palavras, possuem uma história e uma geografia, uma vez que é necessária uma construção espaço-temporal do discurso. Em distintas sociedades e épocas a distinção biológica (aparentemente natural entre "homem" e "mulher") foi construída a partir de uma diferença de valor ou qualidade social. Neste sentido, através de uma história social pautada no desenvolvimento das relações capitalistas de produção e reprodução da sociedade, nota-se a dialética da construção social das representações e do espaço "masculino" e "feminino".

Uma economia capitalista funciona através da divisão de gênero no trabalho, sendo um processo de acumulação baseado no gênero. O fato de que sejam os homens que controlam a maior parte das riquezas é um aspecto da criação social da masculinidade, bem como da centralização patriarcal da sociedade capitalista. No sentido mais específico, o patriarcado é aquele sistema que estrutura a parte masculina da sociedade como um grupo superior

ao feminino, e que possui autoridade sobre o segundo. As sociedades industriais baseadas no capitalismo apresentam numerosas formas de estruturar e reforçar a superioridade dos homens sobre as mulheres (McDowell, 1999).

Entende-se que o padrão de gênero instituído é mantido pela força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas (Silva, 2007a). Não somente existe um paralelo entre a maneira de conceituar o espaço e a forma de conceituar entidades/ identidades (tais como sujeitos políticos), mas também o espaço, que é desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas (Massey; Keynes, 2004: 9).

Reitera-se que a força do sujeito e a extensão do valor de sua dominação social é constantemente reproduzida através das relações de poder, que segundo Foucault (1987), não impõem o poder desde o alto, com proibições, mas com uma força que opera desde baixo, o biopoder, para justificar a importância do controle corporal (McDowell, 1999: 80). Constata-se, portanto, que

> O trabalho da mulher foi individualizado e limitado à produção de valores de uso para o consumo direto e privado. O do homem, traduzido em objetos economicamente visíveis, foi destinado à criação de riqueza, entrando no processo de troca. A vida social dividiu-se: de um lado, a vida pública, ligada às atividades de produção social e, de outro, a vida privada, ligada às atividades de reprodução social. A primeira passará por grandes transformações históricas e a segunda, conservadora, evoluirá muito lentamente. (Calió, 1991: 64).

Através desta dialética, promove-se também a leitura da violência, força através da qual a natureza é dominada, ação essencial no sistema de dominação capitalista, o qual a natureza é passiva de exploração em prol da acumulação produtiva da força de trabalho. A reprodução das normas e relações de poder, o uso e alcance da violência é dado pela sociedade capitalista. A partir deste pressuposto, reitera-se a dualidade na significação dos papéis de gênero: a Natureza, dominada, associa-se ao feminino e a Razão, dominante, vincula-se ao que é entendido enquanto masculino. O homem se identifica simbolicamente com a cultura, que é uma tentativa de dominar e transcender a natureza (e a mulher). Dessa forma, a violência e a dominação acabam por ser uma constante na vida das mulheres no capitalismo (Federici, 2017). Conforme McDowell (1999: 75), a associação da mulher com a natureza, ou a representação desta em forma de mulher é tão expandida que, segundo Sherry Ortener (1974), a divisão do mundo em natureza e cultura e associação de cada uma delas a mulher e ao homem, respectivamente, poderia ser a base da distinção intercultural ou universal dos dois sexos.

Um sujeito vivencia múltiplas dimensões e espacialidades, posicionando-se diferentemente nas relações de poder, de acordo com as marcas que esse corpo carrega e suas intersecções identitárias (Rose, 1993 apud. Gomes; Silva, 2014: 5) e a violência, como parte intrínseca às relações vivenciadas, é prática recorrente entre os corpos dominantes como instrumento de educação e disciplinarização. Dessa forma, às mulheres se associam um conjunto de práticas históricas e sociais violentas, que em um viés dualista de dominação/ dominador, exploração/acumulação, produz vulnerabilidades relativas e cotidianas.

A partir destes pressupostos, é possível inferir que a experiência espacial é generificada, pois as experiências individuais se fazem pelos corpos, que são marcados socialmente por elementos como gênero, raça, idade e assim por diante. No que diz respeito à vivência feminina, tais marcas corporais posicionam as mulheres em uma trama de relações de poder que se faz constantemente e possui profunda implicação espacial. (Campos de, 2014: 3). É o corpo, portanto, que organiza as narrativas espaciais, selecionando, saltando, agrupando. (Ramos, 2002). McDowell (1999: 78) afirma que:

> As diferenças corporais têm uma enorme importância na hora de decretar uma situação de inferiorida-

> de, já que os grupos dominados não têm outro modo de definição além do corpo, que se converte em uma prisão, enquanto o grupo dos dominantes ocupam um posto neutro, universal que é sempre branco e masculino. As mulheres, marcadas em seu corpo e por gestos, se definem como o outro.

A espacialidade dos equipamentos públicos em Campinas

O município adotado enquanto escopo deste estudo, Campinas - SP, possui uma história espacial que acompanha as tendências da urbanização brasileira, cujo processo expõe o peso dos impulsos modernizantes para a dinâmica urbana dos mais pobres, uma vez que a defesa de um espaço mais justo esbarra nas lógicas de uma cidade corporativa e fragmentada (Souza, 2008). Portanto, falar em organização espacial de Campinas significa, também, ressaltar a hierarquização dos lugares e dos espaços. Nota-se que

> A urbanização desenvolvida pela sociedade capitalista privilegia consideravelmente as tarefas relacionadas à produção no lugar das necessidades, espaços e atividades relacionadas à realização de tarefas reprodutivas. O urbanismo e o planejamento urbano são constituídos de modo a auxiliar a produção capitalista e não o bem-estar cotidiano. (Helene, 2019: 960).

O processo de abandono da área central pelas camadas de renda mais elevadas e pelo comércio e serviços destinados a essa população (...) criando as 'novas centralidades', é forte característica do tecido urbano que se generalizou, nos anos 90, na Região Metropolitana de Campinas. (Caiado; Pires, 2006: 286). A concentração de renda na cidade está localizada no eixo Norte-Nordeste, enquanto que as classes de renda mais baixas estão mais presentes nas regiões mais a Oeste e Sul do município. No ciclo de ocupação campineira, as classes mais abastadas também saíram do centro em direção às áreas periféricas e, com isso, aqueles que habitavam nos extremos da cidade acabaram se deslocando (Souza, 2008).

A mancha urbana de Campinas possui uma região mais central que apresenta uma urbanização consolidada, com áreas bastante adensadas, onde se concentram as atividades comerciais, de serviços e institucionais, e o uso residencial de médio e alto padrão. Na porção Leste na direção dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, encontram-se ainda áreas desocupadas. Mais ao Norte encontra-se o distrito de Barão Geraldo, que abriga a Universidade Estadual de Campinas, apresentando uma concentração de alta e média renda, áreas em grande processo de valorização imobiliária. E por fim, a porção sudoeste do município é caracterizada por uma ocupação rarefeita, de baixo padrão ocupacional e população de baixa renda, apresentando grande tendência de intensificação deste padrão (Caiado; Pires, 2006).

No discurso defendido pela prefeitura do município, com o intuito de centralizar demandas de obras de infraestrutura, auxiliar na gerência dos locais públicos e garantir que as ações executadas pelo poder público minimizem os impactos das desigualdades territoriais entre os habitantes, Campinas foi fragmentada em cinco[1] macrorregiões com suas respectivas administrações, conforme é possível observar na Figura 1.

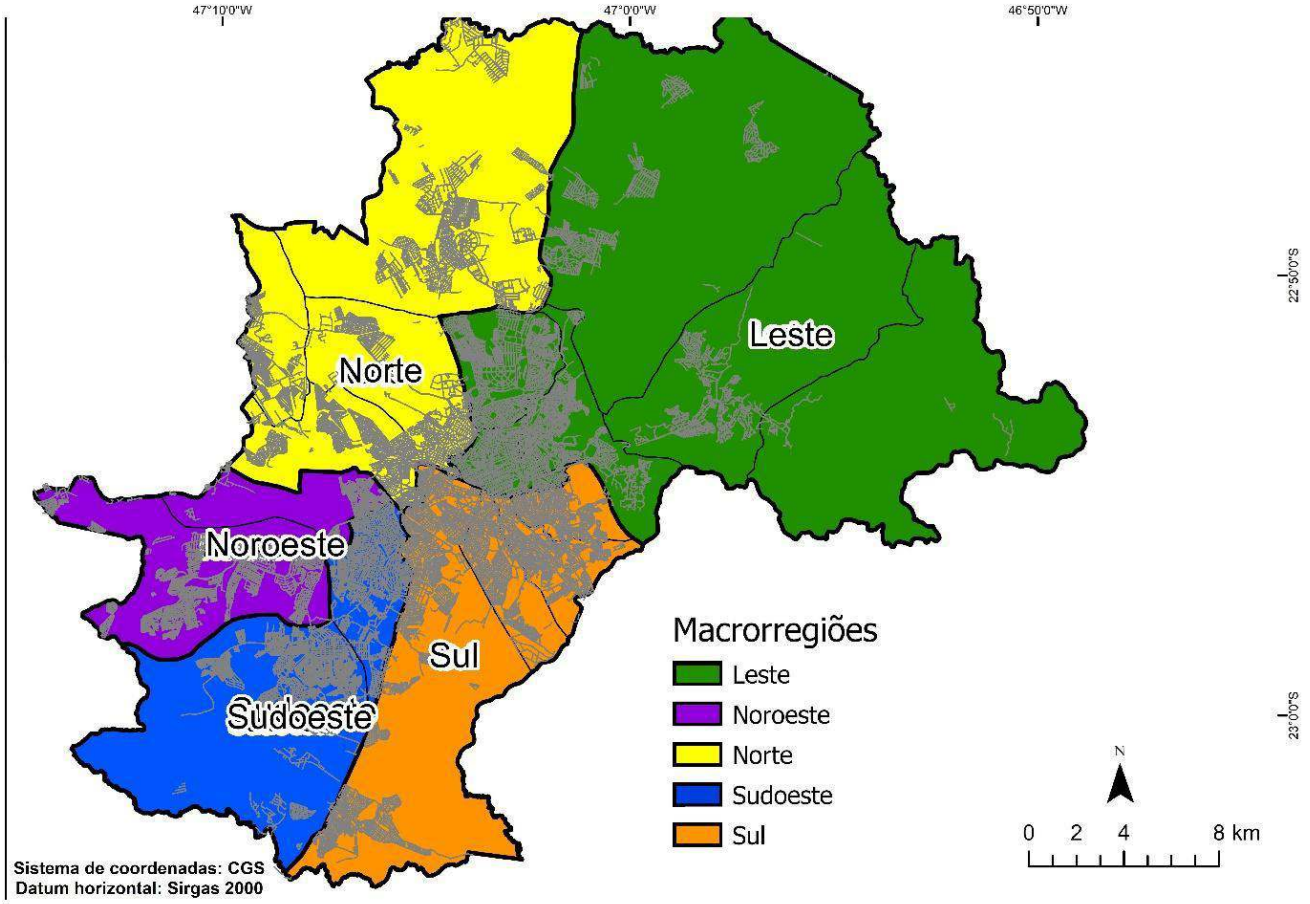

Figura 1: Macrorregiões e respectivas Administrações Regionais de Campinas (2018).
Fonte: *Prefeitura Municipal de Campinas (2018). Vetorização das macrorregiões realizada através do ArcGIS.*

Contudo, apesar da fragmentação proposta pelas macrorregiões, nota-se a concentração no oferecimento de serviços no decorrer do município, seguindo as lógicas de um planejamento e distribuição de equipamentos através da produção e reprodução capitalista no tecido urbano de Campinas, reafirmando Gonçalves e Pina (2016: 163) que

> Apesar da popularização socioeconômica, a região central da cidade ainda concentra população de renda média e alta, assim como as regiões Norte e Leste, o que fica evidente na comparação com outras regiões do município. Isso denota também a persistência da concentração tanto de recursos públicos como de investimentos no espaço urbano.

No que tange a perspectiva proposta por este artigo, é necessário ressaltar que Campinas segue os padrões de um planejamento urbano funcionalista e racionalista que em seu modo de concepção tende a aprisionar mulheres em determinados locais, separando áreas comerciais, industriais e residenciais, demarcando e acentuando a divisão sexual do trabalho historicamente construída para a reprodução das relações de dominação capitalistas. Segundo Silva (2007b), a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. Na divisão macrorregional, mesmo que seja defendida a presença mais igualitária de equipamentos públicos que auxiliem na demanda populacional, os espaços predominantemente voltados para habitação e marcados pelas atividades domésticas, constituem-se como espaços nos quais as mulheres são majoritariamente presentes (Helene, 2019), enquanto a presença dos equipamentos não está de acordo com esta realidade de concentração. Falar em organização significa, também, ressaltar a hierarquização dos lugares e dos espaços (Mendonça, 2002 apud. Ribeiro e Silva, 2015: 101), bem como dos corpos que constituem as relações espaciais.

Continuando na mirada macrorregional, atualmente Campinas conta com 1.164.099 moradores (estimativa Censo IBGE 2010), residindo em uma área de 794,744 km². Deste total populacional, o município é composto por mais de 550 mil mulheres, distribuídas pelas cinco macrorregiões. Observando os números, nota-se a tendência populacional de concentração demográfica, em que a Macrorregião Sul apresenta o maior contingente habitacional entre as mulheres, com aproximadamente 26,67% do total de mulheres em Campinas. Seguem, em sequência as macrorregiões Leste (22,93%); Sudoeste (18,71%); Norte (18,46%) e Noroeste (13,23%).

Na constituição do atendimento às mulheres moradoras de Campinas, a Coordenadoria Setorial de Políticas para as Mulheres é responsável por coordenar e promover políticas e diretrizes voltadas às mulheres, articulando todas as esferas de governo e sociedade civil do município, na perspectiva dos direitos humanos e de sua plena integração social, política e econômica (Campinas, 2018). A rede de atendimento especializado em mulheres na cidade, vinculada ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (especialmente a assistência social, justiça, segurança pública e saúde), buscam a integração na identificação e no encaminhamento adequado das mulheres, formando a chamada Rede da Mulher no município. Com o objetivo de aproximar, ampliar e melhorar a articulação entre os órgãos e serviços que atendem a mulher em situação de violência, foi criado o "Fluxo de Atendimento" para que os encaminhamentos feitos pela rede sejam uniformes. Neste fluxo, estão inseridos locais que correspondem a organização da Rede da Mulher, que são eles: CEAMO (Centro de Referência e Apoio a Mulher); Conselho Tutelar; Guarda Municipal de Campinas (que desde 2016 possui o projeto "Guarda amigo da mulher", que objetiva monitorar o cumprimento das medidas protetivas concedidas, acolher, orientar e encaminhar mulheres para os serviços da Rede da Mulher, sendo acionado pelo número 153); SOS Ação Mulher e Família; CREAS (Centro de Referência Especializado na Assistência Social) das macrorregiões de Campinas; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; CAISM – UNICAMP (Centro Integral à Saúde da Mulher); Comissão da Mulher Advogada – OAB Campinas; Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Comarca de Campinas; e Delegacias de Defesa da Mulher (no município, são dois estabelecimentos).

Para além do "Fluxo de Atendimento" institucionalmente estabelecido pela Rede da Mulher é necessário ressaltar que o setor de saúde recebe um alto contingente de mulheres, dentre as quais muitas vítimas de violência doméstica. Em Campinas, por conta da complexidade do sistema de saúde, os equipamentos seguem a lógica de divisão macrorregional proposta pelo poder público como maneira de espraiar as localizações e acessibilizar o acesso aos locais de atendimento. O município possui 63 Unidades Básicas de Saúde, dois Hospitais Municipais, três Pronto Atendimentos, três Policlínicas, onze Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros 14 Centros de atendimentos Especializados.

Apesar possuir uma articulação (na perspectiva do atendimento e acolhimento de mulheres em situação de violência em Campinas), os equipamentos públicos seguem a lógica da concentração de investimentos públicos nas macrorregiões, a partir de uma demanda que privilegia a situação citada anteriormente por Gonçalves e Pina (2016), com a concentração de capitais investidos no setor público principalmente no eixo Norte – Centro - Leste de Campinas, o eixo de interesse ao planejamento urbano capitalista.

Diferentemente do investimento, a população que tende a procurar com maior demanda os direitos sociais, como é o caso do atendimento às mulheres, se concentra nos eixos de pobreza da cidade, principalmente nas macrorregiões Noroeste, Sudoeste e Sul. Portanto, uma das barreiras encontradas por mulheres na busca por acompanhamento da Rede da Mulher reside nos entraves na acessibilidade a estes locais, numa relação inversa entre a presença de equipamentos e a necessidade das mulheres. Neste sentido, retoma-se que a interseccionalidade nas relações espaciais que distintos corpos estabelecem com o tecido urbano de Campinas promove diferentes interações entre as localidades e os sujeitos.

Nota-se através destas primeiras informações espaciais, que as desigualdades são continuamente materializadas através das relações impostas e defendidas dentro da lógica so-

cial predominante. Coexistem, então, a permanência da desigualdade de gênero, a ausência de políticas públicas adequadas para reduzir a vulnerabilidade relativa das mulheres e, consequentemente, uma dinâmica na qual elas acumulam desvantagens em comparação aos homens. As mulheres são expostas à vulnerabilidade durante o período de desenvolvimento por suas expectativas pessoais (e socialmente reforçadas) (Miguel; Biroli, 2014: 35). Segundo Calió (1991, p. 108):

> A cidade está proibida para as mulheres. Afirmar essa tomada de consciência sobre territorialidade feminina, não significa ignorar ou mesmo desconsiderar que muitos homens também não têm acesso livre à toda a cidade. Sabemos que a cidade capitalista, com suas normas de 'bem-estar-comum', se diz no lugar de todos. Na verdade, a cidade segrega, hierarquiza e determina espacialmente o acesso de cada cidadão dependendo da classe a que pertença. Mas aqui, voltamos a insistir, estamos tratando do gênero, e nesse sentido, é certo que a condição social de cada mulher pode minorar ou agravar alguns dos seus problemas de 'estar no urbano' mas, é para todas as mulheres que a cidade determina trajetos.

Por esta realidade, é possível retomar a questão da chamada vulnerabilidade maximizada proposta por Butler (2009), que determina politicamente uma condição em que certa parcela da população sofre com a carência de redes de suporte social e econômico, ficando exposta ao dano, violência e morte. A vulnerabilidade é, portanto, uma exposição clara de poder, sendo este dominante através da lógica estabelecida pelo patriarcado, verificada através dos constrangimentos materiais e ideológicos que se impõem às mulheres, que variam e são vivenciados de maneiras diversificadas, de acordo com a classe social, com a raça e também com a sexualidade. (Biroli, 2018: 37). As marcas carregadas por diferentes corpos estabelecem diferentes inter-relações em um espaço múltiplo e de construção não conclusa. O controle do tempo e do espaço, ou pelo menos a capacidade de escolher livremente como os utilizar, é substancialmente influenciado por encadeamentos entre a esfera pública e privada e pela posição de diferentes mulheres nesses espaços.

O espaço relacional e multiescalar implicado na dinâmica da violência contra mulheres em Campinas

Como todas as relações sociais são também espaciais, a violência também tem sua geograficidade (Campos de, 2014). Segundo Abramovay (2000), a violência é um fenômeno multifacetado, que não atinge somente a integridade física, mas a psíquica, emocional e simbólica, seja no espaço público, seja no privado. Portanto, a violência não deve ser encarada como um fato homogêneo (Abramovay, 2000 apud. Campos de, 2014).

A violência de gênero permanece como um problema que deve ser associada às diferenças sociais, econômicas, étnicas, sexuais, regionais entre outras. A combinação desses fatores revela quais são os públicos que representam as maiores vulnerabilidades a violações e agressões. A partir de uma relação aberta e múltipla, a estruturação da sociedade em bases desiguais na construção social dos gêneros acaba por promover a manutenção social da violência, mais especificamente, contra a mulher.

Desde a aprovação da Lei Maria da Penha[2] e da Lei do Feminicídio[3], Campinas vem se articulando de maneira a notificar a ocorrência de episódios de violência doméstica no município. Dados recentes informam que no município, o coeficiente de mortalidade por feminicídio foi de 3,2 por 100 mil mulheres em 2015, o que correspondeu à morte de uma em cada 31.250 mulheres no ano. (Caicedo-Roa et al, 2019: 5). Das ocorrências, é necessário pontuar a recorrência de ações violentas contra as mulheres concentrada no ambiente doméstico. Constitucionalmente entendida como o asilo inviolável do indivíduo, a casa é a fortaleza do agressor, ali não há testemunha, não há possibilidade de fuga, não há como esta mulher ser socorrida. Se o espaço privado fosse um local de refúgio seguro para as mulheres, que são constantemente excluídas do espaço público, esse local não seria o de maior violência e morte feminina. (Helene, 2019: 959).

A manutenção da violência doméstica se relaciona diretamente a uma espécie de "laços protetores", que dão a "liberdade" aos agressores para que se sintam confortáveis ao praticarem a violência no espaço privado. Estes laços estão estabelecidos em relações múltiplas, como a dependência econômica, ciclos de violência, vulnerabilidade, entre outros. Laços esses que encontram apoio na manutenção urbana de Campinas. Neste sentido, segundo Miguel e Biroli (2014), uma localização (na esfera doméstica) e uma subordinação (ao cônjuge, por exemplo), em sociedades nas quais prevalecem práticas sexistas e misóginas, a mulher é alvo de violência tanto na esfera doméstica quanto fora dela, quando esses laços "protetores" não são reconhecidos. Conforme afirma Campos (2014: 10), a linha que divide o espaço público do privado é muito tênue, na qual, segundo Mayol (1996) o limite entre o público e o privado não é apenas uma separação, mas constitui uma separação que une, uma vez que o público e o privado não existem um sem o outro e além disso são interdependes.

Em Campinas, a violência de gênero é comumente noticiada e presente no cotidiano feminino na cidade. Dados do último boletim SISNOV de 2019 indicam que houve um aumento de quase 200% nas notificações de violência de gênero no município, entre os anos de 2014 e 2018. A forma de violência mais frequententemente denunciada foi a Física com 551 (50,7%) notificações, seguida de Tentativa de Suicídio com 251 notificações (23,1%) e Sexual com 150 (13,8%) das notificações. Sobre os autores dos crimes, o cônjuge é o principal autor de violência com 463 (42,6%) notificações.

No município, uma das plataformas oficiais na coleta de ocorrências de violência é o SISNOV, que registra desde 2005 casos de violência que são de notificação compulsória do tipo interpessoal, intrafamiliar ou urbano-comunitária, sejam eles contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos ou de cunho sexual, atendidos pela rede municipal de enfrentamento e prevenção às violências. Dados do último Boletim SISNOV (publicado em dezembro de 2019 e que diz respeito a notificações contabilizadas no decorrer de 2018), revelam um aumento significativo no número de notificações de violência contra a mulher em relação aos anos anteriores, com o maior número de casos registrados entre a faixa de idade entre 20 e 29 anos, conforme observa-se na Figura 2.

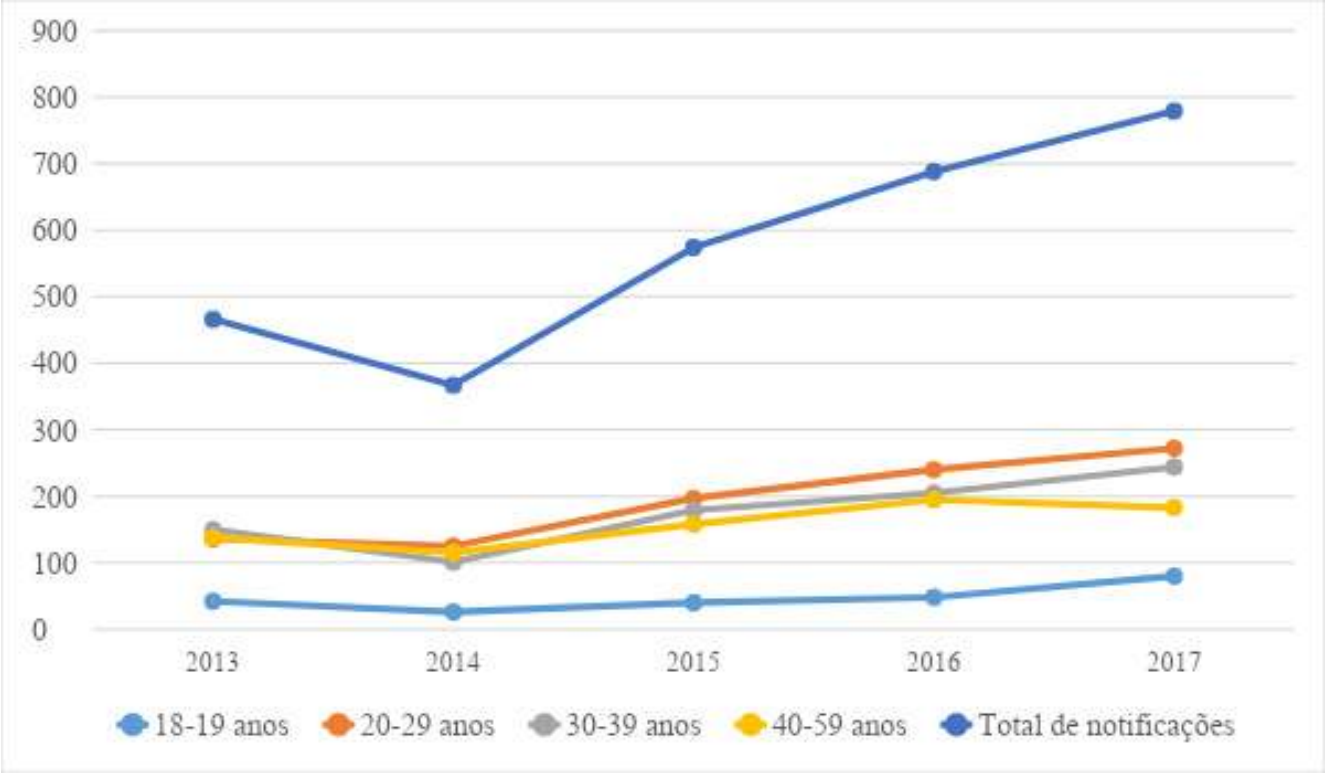

Figura 2- Evolução temporal das notificações de violência contabilizadas pelo SISNOV em Campinas no período entre 2013 e 2017.
***Fonte:** Sistema de notificação de violência (SISNOV). Boletim nº 12 (2018). Confecção própria.*

Com relação à distribuição das notificações por macrorregiões de Campinas, segundo o Boletim Sisnov de 2018 (o mais recente a espacializar os dados), ocorre predominância das notificações na macrorregião Noroeste para cada grupo de 10.000 mulheres adultas, conforme pode ser observado na Figura 3. Através da interpretação do mapa, é possível notar que o alto número de notificações de violência contra a mulher se concentra majoritariamente na porção Sul - Noroeste do município, de encontro ao que é conhecido como "eixo da pobreza". Além disso, o totalizante de notificações de violência entre mulheres adultas no município ultrapassa a proporção de 20 notificações a cada 10.000 mulheres, o que coloca Campinas como um dos municípios com elevados índices de violência.

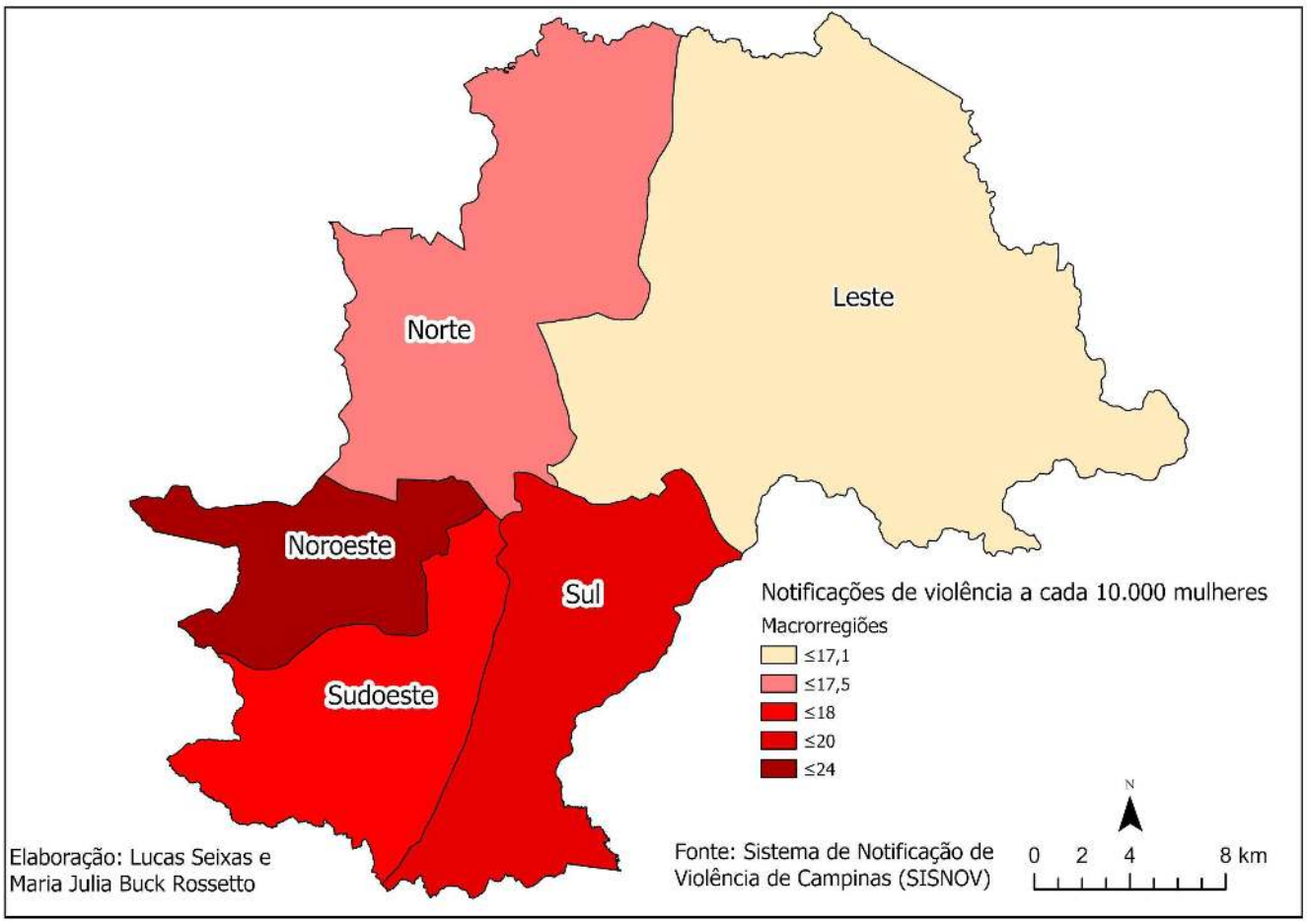

Figura 3 - Notificações de violência contra a mulher por macrorregião de Campinas - SP (2017).
Mapa confeccionado com base em dados do Boletim Sisnov 2018. As classes foram atribuídas manualmente analisando os dados e buscando identificar padrões ou quebras nas amostras de notificações.

Entre a demanda feminina, as ações do Estado e as relações de poder

Através das informações previamente apresentadas, identifica-se o paradoxo que reside na lógica das localizações dos equipamentos de atendimento às mulheres em Campinas, que continua a seguir a perspectiva masculina dominante e que desconsidera as relações continuamente estabelecidas pela lógica feminina no município. Uma questão a ser levantada a partir disso reside no fato de que a presença de um equipamento de atendimento à mulher, principalmente relativo à Rede da Mulher, não significa que o corpo feminino estará "permitido" a buscar acompanhamento e auxílio. Os sujeitos vivenciam diferentes espacialidades, através das quais elaboram discursos sobre si e sobre os lugares. Mas, além disso, uma espacialidade é composta por uma multiplicidade de inter-relações sempre em construção (Massey, 2008) e através das construções discursivas dos sujeitos é possível estipular alguns componentes presentes em cada relação do sujeito com a espacialidade vi-

venciada. (Gomes; Silva, 2014: 6). Neste caso, mesmo que às mulheres se associem maiores deslocamentos, não significa que elas vivenciem o espaço da mesma maneira entendida (e planejada) através da lógica masculina.

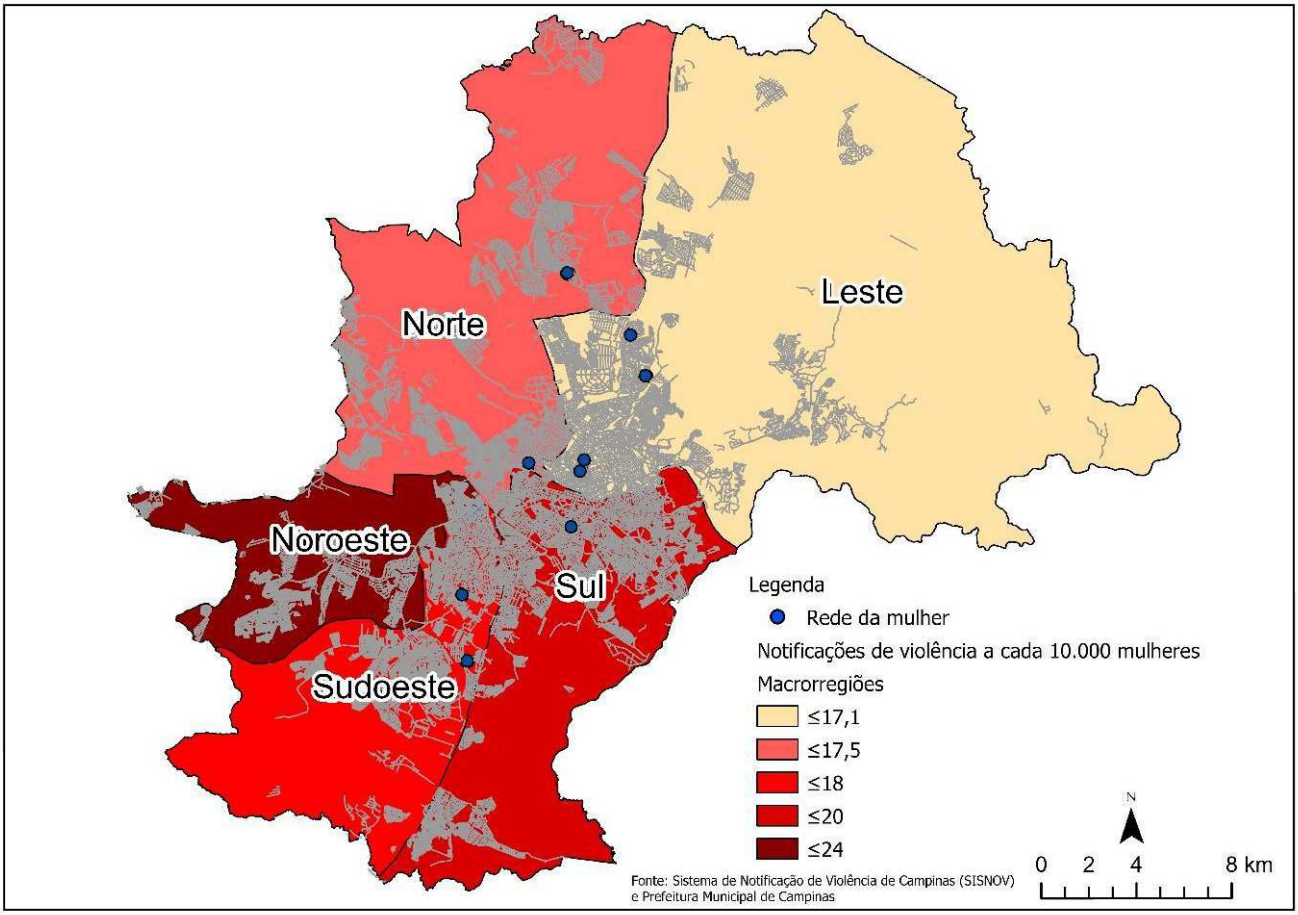

Figura 4 - Relação entre as notificações de violência contra a mulher e a localização dos equipamentos públicos da Rede da Mulher em Campinas - SP. Estão cartografadas apenas as sedes de equipamentos principais da Rede da Mulher. Ressalta-se que a rede de saúde, bem como o programa "Guarda Amigo", oferecido pela Guarda Municipal de Campinas, não estão presentes neste mapa.

Por meio da observação da Figura 4, a partir da sobreposição de dados referentes às localidades dos equipamentos da Rede da Mulher em relação aos números de notificações de violência de gênero em Campinas, nota-se o padrão de concentração de equipamentos de acolhimento às vítimas no município. A macrorregião Noroeste, detentora dos maiores índices de ocorrências violentas, não apresenta nenhum local público de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade. Em contraponto, a macrorregião Leste, com os menores índices de notificação do município, recebe a maior parte dos investimentos públicos de um planejamento urbano racionalista e pautado, principalmente, na lógica de acessibilidade e mobilidade urbana que ignora a vivência de espaços múltiplos e relações de poder diversas as quais as mulheres estão inseridas. Mesmo que o maior número de ocorrências esteja presente no eixo Noroeste-Sul, o olhar do Estado capitalista continua mantendo as relações de investimento presentes principalmente no eixo Norte-Nordeste de Campinas, o eixo da "riqueza", da "cidade-mercadoria", da "cidade inteligente". O eixo de interesse das relações capitalistas que agem na constituição do espaço, afirma que a "escolha" das localizações, bem como da mobilidade (e da não acessibilidade) aos serviços em Campinas materializam as hierarquias de poder.

A concepção do planejamento urbano, bem como o desenvolvimento social através de uma ótica desigual entre os gêneros tende a afastar as mulheres das perspectivas estabelecidas na lógica da constituição espacial de Campinas. Uma mulher presente em uma rede violenta, com recorrentes episódios violentos por parte de um ou mais sujeitos, pode estabelecer uma outra rede de relações que não é contemplada na lógica localizacional de um equipamento público. Reiterando o estudo realizado por Baragatti (2017, pp. 30-31),

Influenciam a tomada de decisão das mulheres a informação, o conhecimento, suas percepções e atitudes, os recursos disponíveis, sua experiência anterior, a valorização da situação e os apoios e obstáculos encontrados. No âmbito institucional, as respostas estão associadas ao acesso, disponibilidade e qualidade dos serviços, determinados tanto por fatores estruturais e normativos, quanto pelas representações sociais e comportamentos dos profissionais que atendem às mulheres.

Para que uma mulher denuncie a violência em Campinas, é necessário que ou ela se locomova até a localidade de algum equipamento da Rede da Mulher, ou seja acolhida no flagrante violento, ou realize a denúncia por meio de ligações ou via internet, o que limita ainda mais através de redes materiais, as relações que podem ser estabelecidas por determinados sujeitos em Campinas. Além disso, apesar do número de notificações de violência contra a mulher ser bem demarcado por macrorregiões, é importante ressaltar que não são todas as denúncias que chegam nas instâncias de atendimento, uma vez que o próprio conjunto da sociedade não reconhece os episódios como atos violentos. Portanto, as notificações provenientes do SISNOV, apesar de serem um excelente indicativo da situação de vulnerabilidade, são afetadas pelo silenciamento feminino nas situações de violência.

É possível retomar a discussão acerca da ideia de precariedade, a dita vulnerabilidade maximizada, que determina aquele que politicamente induz uma condição em que certa parte das populações sofre de carência de redes de suporte social e econômico, ficando marginalmente expostas ao dano, violência e morte (Butler, 2009: 323). Entende-se, portanto, que a vulnerabilidade se constitui como uma exposição deliberada perante o poder, sendo este, dominante através da lógica estabelecida no patriarcado. A vulnerabilidade, nesse sentido, é uma categoria chave para entender a formação do sujeito: se não podemos pensar o sujeito sem o poder, há então uma vulnerabilidade fundamental do sujeito a um poder que não é seu e que lhe precede (Demetri, 2018: 180). Retomando Raffestin (1993), é possível compreender que o Poder, se manifesta por ocasião da relação.

Entre as manifestações de poder presentes na constituição espacial de Campinas, faz-se presente a compreensão dos marcadores sociais das trajetórias dos sujeitos e do estabelecimento de suas relações no espaço urbano. Retomando Calió (1991), a cidade está proibida às mulheres, mas, para quais mulheres? Através de uma perspectiva interseccional, compreendendo que marcadores sociais como gênero, raça e classe demarcam as narrativas das vivências espaciais, é imprescindível compreender quais são os níveis de proibição das identidades a partir dos corpos os quais habitam.

Segundo (Silva; Ornat, 2016: 61) os corpos são espaços políticos por excelência, tensionados pelas relações de poder e podem também ser lugar de resistência. Na estruturação de uma sociedade pautada em relações violentas, é necessário pontuar que na relação estabelecida entre oprimido e opressor sempre existirão nuances. O que determina a localização do sujeito na teia é sua posição em relação ao poder exercido por ele em determinado espaço-tempo (Machado; Ratts, 2017). As normas de gênero têm muita relação com a maneira que podemos aparecer no espaço público, como, e de que maneira se distinguem o público e o privado e como esta distinção se instrumentaliza (Butler, 2009). As mulheres possuem diferenças em toda a cidade, com estéticas, múltiplas visões de mundo e ações sociais, políticas e humanas e condições territoriais profundamente distintas (Franco, 2017: 90).

O fato de se encarar o espaço como político o coloca, consequentemente, como conflituoso. E este conflito se desenha nas nuances das relações sociais, uma vez que os corpos que as realizam são ativos, reforçando, portanto, que os sujeitos não são fixos, únicos e imóveis. Assim como o espaço, os sujeitos são multidimensionais, caracterizando seus corpos e trajetórias enquanto políticos, tensionados pelas relações de poder. Por conta disso, as relações espaciais também podem ser lócus da resistência às hierarquizações de poder constituídas de forma relacional. O sujeito deixa de ser uma identidade fixa em um mundo de relações sociais, com seu correspondente gênero, para se converter em algo sempre fluído, em contínua conversão (McDowell, 1999: 42). Portanto, os corpos estão em eternas negociações em suas relações e isso se materializa através das redes estabelecidas entre os sujeitos da cidade.

À luz das discussões presentes no texto, faz-se necessário ampliar a compreensão das trajetórias dos indivíduos que constroem e são constituídos através dos simbolismos urbanos, bem como das estruturas que definem os marcadores sociais atrelados à lógica violenta de exploração e expropriação espacial na cidade. Compreender o espaço (e consequentemente os corpos) enquanto político, traz à tona o debate acerca não de uma urbanização dita "desordenada", mas sim através das críticas de um projeto urbano extremamente planejado através da constituição histórica de centralização social pautada no patriarcado, traçando análises e perspectivas que problematizam a "neutralidade" espacial a partir do debate político sobre a cidade.

Considerações finais: trajetórias que constituem

historicamente, a Geografia enquanto ciência condicionou suas produções a partir da reprodução de uma lógica hierarquizante, masculina e branca, silenciando o poder de outras perspectivas de narrativas espaciais. Neste sentido, reafirma Silva (2003: 33) que

> A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina.

As trajetórias geográficas foram (e continuam sendo) extremamente dolorosas ao demonstrarem reproduções (voluntárias e involuntárias) de determinados silêncios. E foi exatamente a partir desse incômodo, inquietação, angústia e questionamentos incessantes que todo um trabalho de pesquisa e posicionamento crítico vem sendo produzido, trazendo à tona as espacialidades femininas em Campinas - SP, como é o caso deste presente artigo; crendo que a intenção dessa escolha como objeto de aprofundamento acadêmico surge como uma maneira de resistir à permanência do perigo de uma "Geografia única", bem como a necessidade de subverter leituras e discursos dominantes no conhecimento geográfico. Neste sentido,

> Produzir pesquisas feministas implica um profundo processo reflexivo e crítico, trazendo para o centro da prática científica a dimensão política do saber, seus tensionamentos e paradoxos. Mas acima de tudo, as pesquisas feministas estão comprometidas com o desmantelamento de poderes que mantém os privilégios epistêmicos e que retira autonomia de certos grupos sociais que fogem à ordem estabelecida no campo científico. Enfim, desobediência epistemológica, subversão de poderes e transparência na produção dos dados de pesquisa são ações que pesquisadoras(es) levam em conta para produzir uma ciência comprometida com transformações sociais. (Przybysz; Silva, 2019: 61).

Entende-se que a partir dessa ruptura de tradições epistemológicas, reconhece-se a importância de uma *Geografia Plural*. Descobrindo o que seria de essencial importância para a continuidade dos pensamentos na pesquisa deste artigo apresentado, que se estrutura na chamada "Geografia Feminista", e neste ponto reafirmando que, apesar deste estudo em específico se tratar de perspectivas que percolam diretamente o espaço relacional no que diz respeito à vivência feminina sob o jugo de situações de opressão e violência, a percepção da vertente feminista se posiciona muito além das questões pautadas exclusivamente no gênero. Sendo assim,

> A geografia feminista parte do pressuposto de que a ciência é produzida por seres humanos em seu cotidiano e, portanto, o conhecimento gerado é relacional ao tempo e espaço próprios do cientista. Sendo assim, uma das grandes críticas da corrente epistemológica feminista é sobre o mito da existência de um olhar que tudo vê, que tudo explica e que não pode ser visto, produzindo uma espécie de verdade universal (...) (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017: 13).

Segundo Reis (2015), o movimento feminista das geógrafas, que denunciava a invisibilidade das mulheres como sujeitos e objetos da ciência geográfica, desestabilizou a noção da ciência como um saber neutro, objetivo, pautado nas verdades científicas e deflagrou um importante debate epistemológico que acabou por reconhecer a geografia como um saber moderno, eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual. A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tomar seu trabalho visível no corpo de pesquisa geográfica. Esta dificuldade de trazer a mulher para um campo de visibilidade na produção do espaço é de diversas ordens (Silva, 2003: 34).

Neste ponto, é necessário afirmar que incorporar uma Geografia Feminista não é meramente adicionar outra dimensão, mas construir instrumentais que impulsionem críticas e novas direções. Para isso, é necessário reconhecer a importância das bases teóricas tradicionalmente enraizadas no saber geográfico, para que a partir delas seja possível subverter, ressignificar, questionar e construir novos caminhos. Assim, uma geografia feminista questiona conceitos e métodos que podem mascarar diferenças, desigualdades e dominação, e luta contra a universalização (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017: 14).

Finalizando a apresentação deste trabalho, posiciona-o como uma produção geográfica feminista, firmando as bases desta pesquisa na responsabilidade de um olhar que promova uma discussão que caminhe por outras narrativas geográficas. O intuito deste trabalho não reside na necessidade de uma "nova imposição de um olhar geográfico", que tende a ser colocado como uno, onipresente, hegemônico. O objetivo de toda trama da pesquisa, bem como toda a imersão, relações estabelecidas e novas vivências, encontra-se na firmeza de uma nova narrativa geográfica, que ajude a criar novas histórias, perspectivas diversas e uma geografia cada vez mais *plural*.

Referência

ABRAMOVAY, M et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas pública.** Brasília: UNESCO, BID, 2000.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. Psicol. Am. Lat. n.14. 2008.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari; CORRÊA, Ana Maria Segall; TURATO, Egberto Ribeiro; SANTIAGO, Silvia Maria; ANDRADE, Maria da Graça Garcia; RODRIGUES, Maria Socorro Pereira. **Percepção da violência doméstica por mulheres gestantes e não gestantes da cidade de Campinas, São Paulo**. Ciênc. Saúde coletiva. vol.14 no.2. 2009.

BARAGATTI, Daniella. **Caminhos de mulheres em situação de violência na busca por serviço de apoio**. Campinas, tese (Doutorado em Ciências da Saúde). FENF/Unicamp. 2017. 141 p.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Boletim SISNOV n° 12. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n12_2018.pdf Acesso em: 20/12/2018.

Boletim SISNOV n° 13. Disponível em: http://sisnov.campinas.sp.gov.br/pdf/bol_sisnov_13.pdf Acesso em: 27/12/2019.

BUTLER, Judith. **Performatividad, precariedad y políticas sexuales**. Revista de Antropologia Iberoamericana. v.4. n.3. sep/dez. pp. 321-336. 2009.

CAIADO, Maria; PIRES; Maria. C**ampinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros**. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2006. p. 274-304.

CAICEDO-ROA, Monica et al. **Feminicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil**. Caderno de Saúde Pública. v.35 n.6. 2019.

CALIÓ, Sônia. **Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991. 194p.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Publicações**. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/index.php. Acesso em dezembro de 2018.

CAMPOS de, Mayã. **A Geografia da violência sexual no município de Ponta Grossa – Paraná no ano de 2012.** In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Anais do VII CBG. Vitória- ES. AGB. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2003.

CRUZ, Carmen; SAÉZ, Flora. **Violencia contra las mujeres.** Lacra Universal. VIENTO SUR. n. 28. Octubre 1996.

DEMETRI, Felipe. **Judith Butler: filósofa da vulnerabilidade**. Lugar Comum, v. 1, p. 175, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada.** In: BUENO, Winnie. *et al* (orgs.). Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil. Editora Zouk. 2017.

GOMES, Fernando; SILVA, Joseli Maria. **Cenas Loucas: Assemblages da violência de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** Revista Latino americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa, v.5. n.1, p.3-24. jan/jul.2014.

GONÇALVES, Viviana; PINA, Silvia. **O centro de Campinas: habitação e ocupação do território 2000 – 2015.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. v.04, n.28, p. 163 – 178. 2016.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Caderno Metropolitano. São Paulo, v.21, n.46, p. 951-974. set/dez. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em setembro de 2018.

IBGE. **Bases e Referências (2015)**. Disponível em: https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html. Acesso em dezembro de 2018.

MACHADO, Talita; RATTS, Alecsandro**. As mulheres e a rua: Entre o medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás.** Revista Latino Americana de Geografia e Gênero. v.8, n.1, p.194-213, 2017.

MASSEY, Doreen. **Flexible sexism**. Environment and Planning. Society and Space. N. 9, 31–57. V. 10. 1991.

_____. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of productio**n. Oxford: Macmillan. 1984.

_____. **Reflections on geography and gender**. In T. Butler & M. Savage (Eds.). Social change and the middle classes. London: UCL Press. 1995.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações.** Trad. Rogério Haesbaert. GEOgraphia. n. 12, 2004.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In Certeau, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**:Petrópolis: Vozes, 1996, p 37-69.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ORTNER, Share. Is female to male as nature to culture. In: ROSALDO, M; LAMPHERE, L. (org). **Women, Culture and Society.** Stanford, Stanford University Press, 1974.

PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli. **Pesquisar para transgredir: Fazendo geografias feministas corporificadas**. Caderno Prudentino de Geografia. n.41, v.3. p. 51 – 62. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RAMOS, Maria Bernardete. **Perfectíveis corpos – corpo e nação: territorialidades imponderáveis**. Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC. 25, Dez, São Paulo, 2002.

REIS, Maíra Lopes. **Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço**. Espaço e Cultura. UERJ, Rio de Janeiro. n. 38. 2015.

RIBEIRO, Maria; SILVA, Maria. **Violência, vulnerabilidade e Desigualdade socioespacial: análise das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na área urbana de Porto Velho – RO**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa, v.6, n.2, p.92 – 104, ago/dez. 2015.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: the limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press. 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência contra a mulher e violência doméstica.** S/n; S/l; S/d.

SILVA, Joseli. **Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino.** Espaço e cultura. UERJ, Rio de Janeiro. n, 2, pp. 97-109, 2007a.

_____. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007b.

_____. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José . **Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica**. In: Cláudia Luisa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa. (Org.). Plurilocalidade dos sujeitos. 1ed.Porto Alegre: Compasso, 2016, v. 1, p. 56-75.

SILVA, Joseli; ORNAT, Marcio; CHIMIN JR. **"Não me chame de senhora, eu sou feminista!" Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey**. GEOgraphia. v.19, n.40. 2017.

SOUZA, Maria (org). **A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas. Campinas-SP**: Territorial, 2008.

Notas

1. Quando a pesquisa foi iniciada em meados de 2018, Campinas contava com cinco macrorregiões, fazendo com que a maior parte dos dados cartográficos e informações socioeconômicas coletados até o momento estejam relacionados a esta primeira divisão regional. Contudo, a partir de janeiro de 2019, com a atualização do Plano Diretor municipal, Campinas passa a contar com seis macrorregiões: Centro, Leste, Norte, Noroeste, Sudoeste e Sul. Por ser uma divisão mais recente, as informações referentes às mulheres e às notificações de violência ainda não seguem este padrão de análise. Por conta disso, o artigo está assumindo a análise a partir de cinco macrorregiões iniciais, como forma de organizar as informações de maneira padronizada.
2. A Violência Doméstica e familiar contra a mulher foi definida como "qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (art.5º, Lei 11.340/2006). A Lei estabeleceu uma série de proteções e garantias que permitam a preservação da integridade física, moral e patrimonial das mulheres e suas relações privadas e íntimas.
3. A Lei nº 13.104/2015 definiu feminicídio como o homicídio praticado contra a mulher em razão de sua condição de mulher, o que ocorre quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Além disso, a lei prevê o aumento de pena quando o crime é cometido durante a gestação, nos 03 meses posteriores a esta, contra pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos ou com deficiência, na presença de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, par. 7º, Código Penal).